

ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DAS BARREIRAS ALFANDEGÁRIAS PARA AS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS (2005-2012)

ANALYSIS OF THE EVOLUTION OF CUSTOMS BARRIERS FOR BRAZILIAN IMPORTS (2005-2012)

AUTORIA

Mariana Leticia de Souza
Vicente
Universidade Estadual de
Maringá (UEM), Brasil
ra123514@uem.br
Gilberto Joaquim Fraga
Universidade Estadual de
Maringá (UEM), Brasil
gjfraga@uem.br
Helis Cristina Zanuto Andrade
Santos
Universidade Estadual de
Maringá (UEM), Brasil
hczasantos2@uem.br

PALAVRAS-CHAVE

Barreiras tarifárias;
Barreiras não tarifárias;
Crise financeira;

KEYWORDS

Tariff barriers;
Non-tariff barriers;
Financial crisis.

JEL CODE

F13; F14

ÁREA

Economia Internacional

RESUMO

A literatura de economia internacional possui teorias e aplicações empíricas que abordam as consequências da adoção de barreiras comerciais. Sejam barreiras tarifárias, ou sejam não tarifárias, os efeitos podem ser diferentes sobre o comércio internacional e o país. O entendimento desses efeitos requer uma análise de como tem sido abordada a política comercial do país ao longo do tempo. O presente trabalho tem como objetivo geral comparar a evolução das barreiras alfandegárias das importações brasileiras de combustíveis, óleos e seus derivados advindos da China no período de 2005 a 2012. A metodologia utilizada possui porte teórico e bibliográfico evidenciando as teorias sobre tarifas e políticas comerciais adotadas desde 1990. Também inclui a coleta de dados secundários disponíveis em sites como *World Bank*, *Comex Stat* e *World Trade Organization*, apresentados em índices, gráficos e tabelas comparativas.

ABSTRACT

The international economics literature contains theories and empirical applications that address the consequences of adopting trade barriers. Whether tariff or non-tariff barriers, the effects on international trade and the country can vary. Understanding these effects requires analyzing how the country's trade policy has been approached over time. The general objective of this study is to compare the evolution of customs barriers on Brazilian imports of fuels, oils, and their derivatives from China from 2005 to 2012. The methodology used is theoretical and bibliographical, highlighting the theories on tariffs and trade policies adopted since 1990. It also includes the collection of secondary data available on websites such as the World Bank, Comex Stat, and the World Trade Organization, presented in indexes, graphs, and comparative tables.



This paper is Distributed Under
the Terms of the Creative
Commons Attribution 4.0
International License

1 INTRODUÇÃO

A adoção de barreiras comerciais é um tema bastante discutido na literatura. No aspecto teórico, existem teorias que buscam identificar os efeitos da adoção de tarifas ou outros tipos de barreiras, com a finalidade de entender se o país deve implementar políticas comerciais mais protecionistas ou de maior abertura comercial. Empiricamente, os autores podem retratar diferentes países em períodos de tempo distintos para entender como ocorreram suas políticas comerciais, como por exemplo em Oliveira e Badin (2013), ou também investigar possíveis causas ou as consequências dessas políticas, como Andrade (2007) e Melo (2023).

A abertura comercial tende a impactar o comércio tanto sob perspectivas positivas quanto negativas, conforme as rodadas de negociações entre os países e as áreas que serão atingidas. Os produtos sujeitos às barreiras comerciais variam desde commodities mais simples até o produto mais aprimorado em sua forma industrial (Vianna, 2009). E as barreiras comerciais podem ser variadas, como quota de importação, subsídio à exportação, tarifas ad valorem (Krugman; Obstfeld; Melitz, 2015).

No caso brasileiro, na década de 1990, o país passou por uma série de reformas em sua política comercial, influenciada pela abertura comercial, a qual transformou o arcabouço tarifário de vários setores da economia. Como consequência desta abertura, o país reduziu significativamente suas tarifas através de suas participações nas rodadas de negociações ou na organização intergovernamental como o Mercado Comum do Sul (Mercosul), alterando consideravelmente o comércio brasileiro (Vianna, 2009).

A partir desses pontos, o presente trabalho busca comparar a evolução das barreiras tarifárias em relação às barreiras não tarifárias das importações brasileiras de combustíveis, óleos e seus derivados advindos da China no período de 2005 a 2012. Esse período inclui a crise financeira norte-americana, período no qual foi possível visualizar uma situação anormal na qual rompeu a abundância usufruída até o presente momento, criando um ambiente de escassez e dificuldades para a maioria dos envolvidos (Cechin; Montoya, 2017).

Entre os anos de 2005 e 2012, o comércio exterior brasileiro possuiu em comum nas exportações e importações, dentre os principais produtos, o grupo de produtos de combustíveis, óleos e seus derivados. Então, a hipótese dessa pesquisa é que isso refletiu uma dinâmica de mudanças nas medidas regulatórias tarifárias e não tarifárias impostas durante a crise financeira norte-americana de 2008, podendo estar relacionadas às mudanças na competitividade do comércio exterior brasileiro.

Para que este objetivo seja alcançado, a metodologia aplicada combina características de valor quantitativo e qualitativo, sendo trabalhada em dois aspectos principais. Para a primeira parte, será explorada teorias sobre tarifas, conceituando-as e destacando os variados tipos de barreiras comerciais, e a política comercial brasileira desde a década de 1990. Os aspectos quantitativos serão analisados a partir dos dados da Comex Stat (2024), visando identificar o principal parceiro comercial e avaliar a relevância dos combustíveis minerais, óleos minerais e produtos da sua destilação; matérias betuminosas; ceras minerais, nas importações brasileiras, que serão observados através do capítulo 27 da classificação do Sistema Harmonizado –

neste trabalho o capítulo será referenciado de forma resumida como combustíveis minerais, óleos e seus derivados.

Para a segunda parte, com dados do Data Bank (2024) e WTO Stat (2024), serão mapeadas as medidas comerciais aplicadas ao setor. A apresentação dos resultados serão em forma de tabelas e gráficos, possibilitando uma perspectiva comparativa para o cenário anterior e após crise financeira norte-americana.

Este trabalho está estruturado nas seguintes seções, além dessa introdução e conclusão. Na primeira, apresenta-se o arcabouço teórico, seguido de uma breve contextualização histórica, na segunda seção, seus efeitos nas economias brasileiras e chinesa enfatizando a relação bilateral existente. Na terceira e última seção, é analisado o fluxo comercial brasileiro e as barreiras comerciais com a principal parceira comercial, China.

2 PERSPECTIVAS TEÓRICAS SOBRE AS BARREIRAS COMERCIAIS NO COMÉRCIO INTERNACIONAL

Entre as diversas teorias de comércio internacional, existem vertentes diferentes quando o assunto é vantagem comercial, além da tradicional vantagem comparativa. O estudo dos determinantes da troca comerciais entre nações tem sua evolução relacionada a evolução da economia como ciência. Na conjuntura do comércio internacional é necessário a realização de uma análise da apuração dos determinantes da negociação, entre eles, seus principais alicerces, modelos comerciais, preços e quantidades a serem exportadas e importadas e quais preceitos são determinadores de política comercial entre os países (Krugman; Obstfeld; Melitz, 2015).

O crescimento de uma nação é explicado e demonstrado pela existência do comércio, com os benefícios e custos que acarretam nesta decisão. Por um lado, tem-se a defesa de uma gama mais variada de produtos, valorizando a diversidade de opções de consumo, processo no qual forçaria as empresas ampliarem suas buscas por uma produtividade melhor e custos adequados. Por outro lado, os ganhos de eficiência e de escala são evidenciados, este atuaria com uma diminuição de atividades paralelas visando a máxima utilização dos fatores produtivos, procurando como resultado uma baixa no custos de produção (Krugman; Obstfeld; Melitz, 2015).

Em contrapartida, a defesa para a aplicação de uma política de cunho protecionista baseia-se no fato de que os mercados não estão próximos da concorrência perfeita, teoria na qual as vantagens de comércio se respaldam. Neste sentido, em uma economia aberta os investimentos nacionais são menores que o desejado, sendo possível melhorá-los com a proteção de certos setores. Outro argumento para a defesa das indústrias nacionais é a respeito da indústria nascente, teoria que afirma que novas indústrias precisam de proteção contra concorrentes internacionais até se tornarem estáveis, sendo capazes de competir por conta própria, pois sem esta proteção haveriam situações de monopólios no comércio internacional (Gremaud; Vasconcellos; Toneto Junior, 2017).

A literatura de economia internacional possui teorias e aplicações empíricas que abordam as consequências da adoção de barreiras comerciais. Diferentes

abordagens buscam identificar os efeitos dessas políticas sobre o comércio internacional e sobre a economia do país que as adota, com o objetivo de avaliar se políticas mais protecionistas ou de maior abertura comercial são mais vantajosas. Tais teorias ajudam a compreender os impactos econômicos, sociais e estratégicos de cada tipo de política.

Segundo Andrade (2007), a medida em que o comércio internacional se intensifica, as medidas protetivas como barreiras tarifárias e não tarifárias ganham maior influência decisiva sobre as transações comerciais, sejam elas entre empresas, países ou blocos regionais. O objetivo do seu trabalho é a ampliação do foco, deslocando-se das empresas e passando a analisar a influência das barreiras de forma mais ampla na sociedade brasileira, estimando os ganhos obtidos por meio das ações voltadas para a superação das barreiras no mercado internacional de carne bovina. Ele destaca que não há um método padronizado de como essas alternativas devem ou não ser adotadas, mas evidencia que países com interesses em intensificar sua participação no comércio internacional devem adotar uma postura ativa perante aos desafios das barreiras não tarifárias. O escritor finaliza sua pesquisa concluindo que para a abertura comercial são necessárias reformas institucionais voltadas para a maximização do fluxo comercial e de capitais, trazendo benefícios periféricos, mas não são a melhor maneira de promover o desenvolvimento.

Melo (2023) argumenta em sua pesquisa que as barreiras de natureza técnica como as barreiras sanitárias e fitossanitárias (SPS) tem seu caráter associado em regras e disciplinas. O acordo define a maneira correta para a imposição das barreiras, baseando-se nos padrões internacionais, tendo-o como um parâmetro na busca pela harmonização. O objetivo geral deste estudo consiste em uma aproximação dos conceitos literários para uma avaliação das barreiras tarifárias e não tarifárias sobre o comércio internacional de produtos agrícolas, por meio de um estudo de caso sobre gergelim. O autor buscou avaliar as barreiras fitossanitárias economicamente, e para isso, utilizou das avaliações dos fluxos comerciais das exportações brasileira de gergelim, além dos deslocamentos vinculados com os indicadores utilizados para avaliar os impactos da abertura comercial ou quanto a restrição temporária do mercado. A conclusão alcançada com essa pesquisa mostra que diversos indicadores podem servir de referência e incentivo para os compradores, produtores agrícolas e países afetados retirarem tais medidas. Para o caso da semente do gergelim, o impacto econômico direto das barreiras fitossanitárias foi associado à nova oferta, resultante originalmente da expansão da produção brasileira no período.

3 LIBERALIZAÇÃO COMERCIAL

3.1 ABERTURA COMERCIAL: BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

Até a década de 1980, a industrialização brasileira era respaldada no processo de substituição de importações (PSI) e, este processo permitia apenas a entrada de bens não similares aos nacionais ou bens necessários para abastecer o excesso de demanda. Em 1988, o Brasil inicia o processo inverso estabelecido até então, a partir

deste momento começa a implementação da política de importação, visando uma alocação de recursos mais eficientes (Kume; Piani; Souza, 2003).

Com a abertura comercial, há uma elevação nos processos de liberalização comercial, reduzindo gradativamente o grau de protecionismo em relação a indústria nacional, na mesma medida em que se eliminavam as principais barreiras não-tarifárias (Averbug, 1999). Quanto a essas barreiras, as mais significativas foram retiradas em 1990, implicando em importações controladas fundamentalmente pelas tarifas e taxa de câmbio (Kume; Souza, 2003). Com a consolidação da abertura comercial e a chegada de novos concorrentes no Brasil, houve uma intensa inserção de produtos importados, não sendo percebida pelo mercado devido a nova capacidade das empresas em se adaptarem às mudanças desde a nova política comercial (Ferraz, 1995 *apud* Costa, 1996). Diante disto, as empresas nacionais e internacionais que detinham negócios em território brasileiro tiveram que se adaptar, pois estavam habituadas as reservas de mercado; a partir daquele momento, o foco principal seria a redução de custos, aumento da produtividade e introdução de novas tecnologias (Barros; Goldenstein, 1997).

Em relação a demanda nacional, esta abertura comercial possibilitou uma entrada massiva de produtos importados com maior qualidade e preços mais baixos, tornando os consumidores brasileiros mais exigentes. Pela perspectiva da oferta, e atendendo as exigências por melhores produtos, o fácil acesso a insumos e equipamentos estrangeiros possibilitou que um grande número de empresas optassem por um aumento de conteúdo importado da produção local. Outro fato marcante que impactou nas relações comerciais brasileiras com o restante do mundo foi a criação do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), união econômica estabelecida em março de 1991, com base no Tratado de Assunção, por uma escolha soberana das Repúblicas Argentina, Federativa do Brasil, do Paraguai e Oriental do Uruguai, tendo sua estrutura consolidada em dezembro de 1994, pelo Protocolo de Ouro Preto (Senado Federal, 2025).

A entrada da China na Organização Mundial de Comércio (OMC) em 2001 estabelece uma analogia ao processo de liberalização do Brasil nos anos 1990, no qual o país chinês comprometeu-se também com a liberalização de seus mercados (Lima; Deus, 2013). Dessa forma, a China tem se apresentado com bastante destaque no comércio internacional, tendo um crescimento rápido e eficiente, o que acarretou em um aumento das suas exportações e consequentemente um aumento nas importações de outras nações (Lima, 2009).

3.2 A CRISE DE 2008 E SEUS REFLEXOS NO COMÉRCIO INTERNACIONAL

Os acordos comerciais permitem principalmente oportunizar a entrada de produtos estrangeiros em outros territórios, reduzindo as tarifas alfandegárias e impostos incididos diretamente no preço do produto final, e consequentemente, afetando a competitividade entre as economias. Em especial, o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), instituído em 1947, constituiu regras para a aplicações de tarifas por parte de membros e também para negociações que envolvam comércio de bens (Ministério Das Relações Exteriores, 2023). Com o passar das rodadas de negociações do GATT, as medidas não tarifárias obtiveram cada vez mais espaço e força para a sua utilização, e em contrapartida, as medidas tarifárias deixam de ser

as preferíveis (Silva, 2018). A partir de 1995, o GATT foi formalmente substituído, mas permaneceu essencialmente em vigor como “GATT 1994” como parte integrada do sistema de direito internacional do comércio de mercadorias (Ministério Das Relações Exteriores, 2023).

Contudo, em alguns períodos podem ocorrer choques econômicos que geram a necessidade de alteração das políticas adotadas pelos países. Um exemplo seriam situações como as crises que podem começar em um determinado país, mas afetar também seus parceiros. Entre 2007-2008, com a crise financeira norte-americana, foi possível observou-se um contexto atípico, que encerrou o período de abundância até então vigente, instaurando um ambiente de escassez e dificuldades para a maioria dos envolvidos (Cechin; Montoya, 2017). Anteriormente à crise financeira se alastrar aos demais países, os Estados Unidos (EUA) estavam em uma fase próspera, com baixas taxas de inflação e de juros. Com isso, o mundo também desfrutava de uma fase de liquidez internacional. Diante da integração econômica, as instituições financeiras enfrentaram de maneira demasiada a concorrência, provocando uma redução dos lucros nas operações tradicionais nos EUA (Lima; Deus, 2013).

Segundo Carvalho (2008 *apud* Lima; Deus, 2013), a maneira encontrada pelos Estados Unidos para solucionar os problemas causados pela crise financeira foi novos meios de investimentos, que possuísem mais rendimentos. A primeira solução aprovada foi o direcionamento de empréstimos à países emergentes, todavia essa mudança foi cessada pelo desencadeamento das crises mexicanas, russa e brasileira. Uma segunda possibilidade tão rentável quanto a primeira, seria o mercado imobiliário norte-americano. Com um cenário favorável, muitas famílias utilizaram da hipoteca, e assim, foi necessário uma ampliação desse mercado para conseguir oferecer rendimentos maiores. Para a realização de tal feito, as instituições financeiras concederam créditos classificados como *subprime* aos seus tomadores. Dessa forma, as instituições financeiras firmavam contratos com seus tomadores de hipoteca imobiliária, sendo a garantia o próprio imóvel hipotecado. Além disso, também era utilizada a técnica de securitização dessas hipotecas, com a intenção de alavancá-las. Carvalho (2008 *apud* Lima; Deus, 2013) sugere que este processo foi manipulado como um mecanismo para disfarçar a origem desses tomadores de crédito.

As taxas de juros eram extremamente baixas, porém sua tendência apontava uma elevação significativa em um intervalo de tempo reduzido. Com isso, surge o começo do problema, com a rápida ascensão da taxa de juros, os tomadores não conseguiam honrar com o pagamento dos juros dos empréstimos. Forma-se, assim, uma cadeia de títulos conectada por papéis que garantem a própria hipoteca a seus tomadores. Ao perceberem a direção desfavorável do negócio, os investidores tentaram vendê-los; no entanto, havia uma escassez de compradores e, consequentemente, os preços dos títulos sofreram uma queda devido ao papel das expectativas dos agentes (Lima; Deus, 2013).

Com o desencadeamento a “bolha do *subprime*” tornou-se convencional atribuir a crise à política monetária expansionista norte-americana durante o período de 2004-2007, que teria resultado no *boom* financeiro de 2003-2007. Entretanto, é reconhecido que a política expansionista adotada foi uma reação à desaceleração econômica de 2000-2001, resultado do atentado de 11 de setembro de 2001. Segundo a teoria neoclássica, muitos economistas sustentam que “o problema, em suas raízes,

reside na ausência de informações” (Gorton, 2008 *apud* Gontijo, 2008), ou na falta de informações precisas, pois não faltaram avaliações das emissões de hipotecas por parte de agências especializadas (Gonjito, 2008). Por outro lado, o único risco não calculado efetivamente e não considerado pelos agentes econômicos foi o risco sistêmico, cuja cobertura está além da capacidade do agente individual, cabendo ao governo e em particular, ao Banco Central (Gonjito, 2008).

A maneira como essa crise afetou os demais países pode ser entendida a partir do discernimento de que há assimetrias monetárias no sistema financeiro internacional. Desde o fim da Segunda Guerra Mundial, a economia estadunidense passou a deter a moeda mundialmente unificada, a qual se consolidou como elemento central do sistema internacional, pois desempenha as três principais funções da moeda. Desta forma, o dólar americano apresenta o maior grau de conversibilidade, sendo o ativo mais seguro e líquido do sistema monetário e financeiro internacional. Em 2008, no início da crise, o cenário não era diferente: diversos países possuíam os títulos americanos e, com a queda das ações imobiliárias, falências dos bancos e baixas expectativas dos agentes, concretizou-se a crise econômica (Lima; Deus, 2013).

4 RELAÇÕES COMERCIAIS ENTRE BRASIL E CHINA

4.1 IMPACTOS NA ALIANÇA BRASIL-CHINA

Segundo Ipea (2011, p.3), após a crise financeira norte-americana, houve uma tentativa de ajuste dos índices econômicos chineses. O governo realizou configurações nas políticas fiscais e monetárias, incentivando o aumento do consumo familiar, e por meio deste, a desconcentração dos investimentos para possibilitar um desempenho econômico saudável de longo prazo. Com a alta na demanda familiar, o país apresentava uma necessidade de mais alimentos e energia, o que proporcionou uma elevação nos preços das *commodities*. Por outro lado, a produção para o abastecimento interno e para exportação reforçava uma queda nos preços devido ao efeito escala de produção, gerando mudanças estruturais nos fluxos comerciais de diversas nações.

A crise de 2008 causou uma intensificação nos conflitos comerciais entre os Estados Unidos, União Europeia e a China. O governo norte-americano promoveu uma expansão de liquidez durante e principalmente no ápice da crise, resultando em um cenário de riquezas, havendo uma abundância de dólares no mercado mundial, causando uma desvalorização desta moeda em relação as demais (Cechin; Montoya, 2017).

Entre 2000 e 2010, as exportações brasileiras destinadas a China tiveram uma elevação de US\$ 1,1 bilhão para US\$ 30,8 bilhões – 2% do total das exportações brasileiras e 15% de todo o total. As exportações brasileiras para o mundo teve uma queda no ano da explosão da crise, caindo de aproximadamente US\$ 200 bilhões para aproximadamente US\$ 150 bilhões como mostra o gráfico 1.

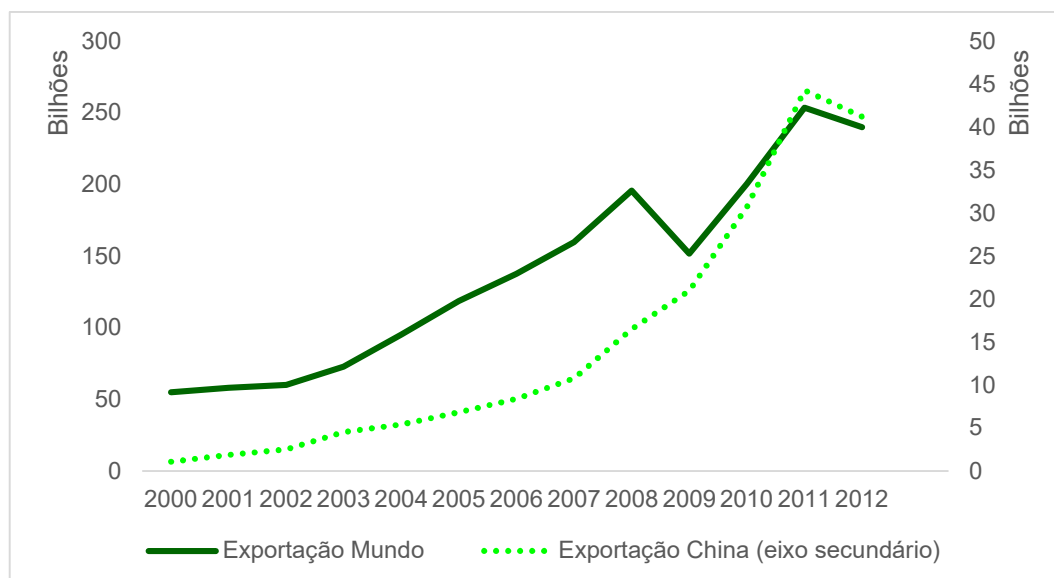


Gráfico 1- Exportações Brasileiras para o mundo e para a China (US\$ Bilhões)

Fonte: elaboração própria, dados COMEX STAT (2025).

As importações advindas da China também apresentaram resultados semelhantes, com elevações que totalizaram um aumento de 2033% em seu valor total, passando de US\$ 1,2 bilhão para US\$ 25,6 bilhões, apesar de demonstrar uma queda ano de 2008-2009, totalizando uma queda de aproximadamente US\$ 50 bilhões, como pode ser observado pelo gráfico 2.

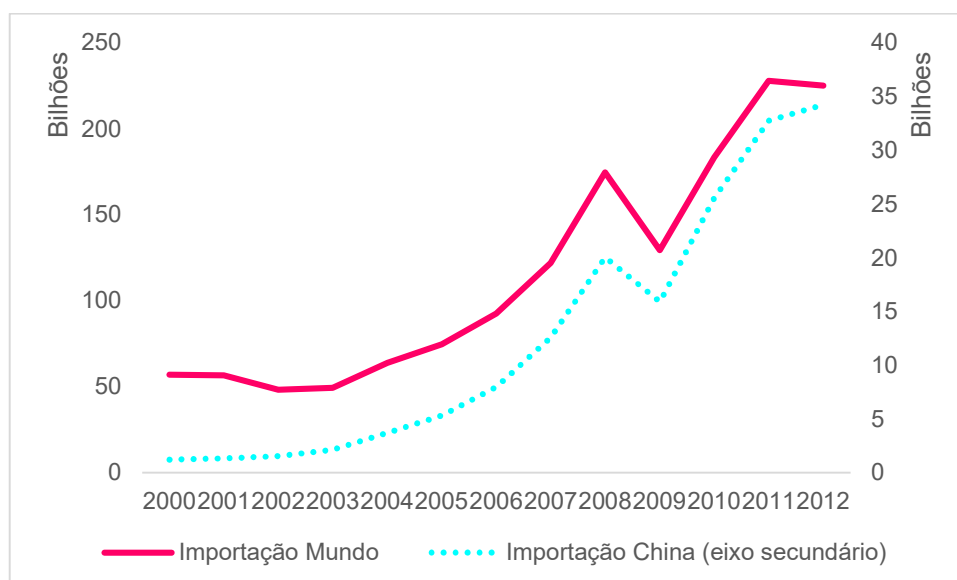


Gráfico 2- Importações Brasileiras advindas do mundo e da China (US\$ Bilhões)

Fonte: elaboração própria, dados COMEX STAT (2025).

Entretanto, a pauta exportadora brasileira para o mundo e, especialmente para a China concentrava-se em produtos básicos. Tendo como os principais produtos de

participações relativas nas exportações chinesas: Minérios, escórias e cinzas (capítulo 26 do Sistema Harmonizado); sementes e frutos oleaginosos (capítulo 12); Combustíveis minerais, óleos minerais e seus derivados (capítulo 27); Pastas de madeira ou de outras matérias fibrosas celulósicas (capítulo 47); Gorduras e óleos animais ou vegetais (capítulo 15), como pode ser observado também pelo gráfico 3. Tendo como destaque o capítulo 26, com aproximadamente U\$ 16 bilhões, seguido do capítulo 12 com U\$ 12 bilhões.

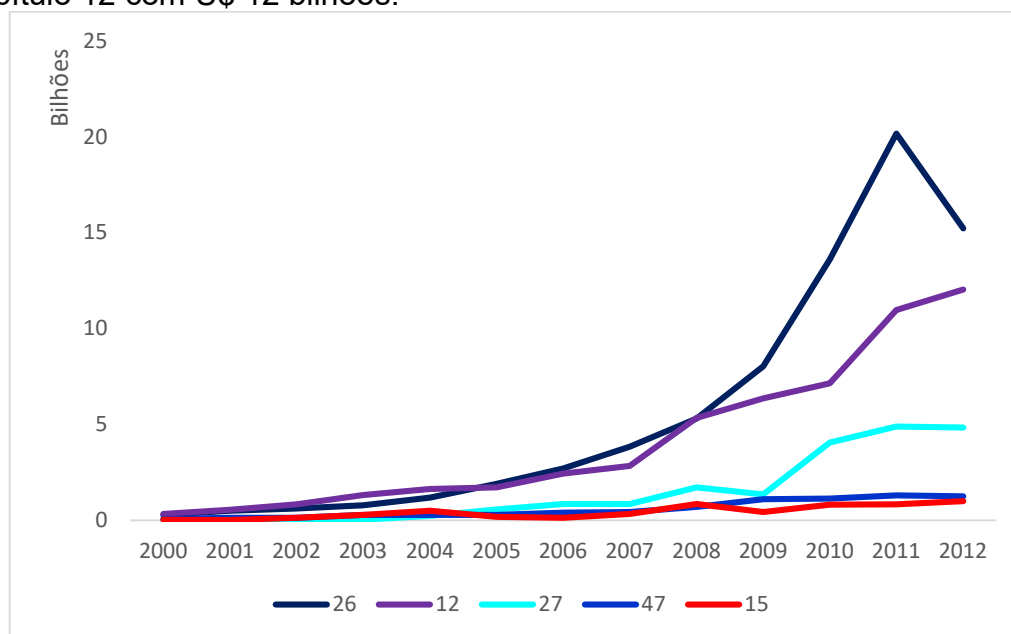


Gráfico 3- Exportações Brasileiras por capítulo SH para a China (US\$ Bilhões)

Fonte: elaboração própria, dados COMEX STAT (2025).

Para a pauta importadora brasileira de produtos advindos da China, os quatro principais foram: Máquinas, aparelhos e materiais elétricos, e suas partes (capítulo 85); Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos (capítulo 84); Produtos químicos orgânicos (capítulo 29) e Combustíveis minerais e seus derivados (capítulo 27), como pode ser observado através do gráfico 4. Tendo como o principal produto importado o capítulo 85, com aproximadamente U\$ 10 bilhões, seguido do capítulo 84, com U\$ 7 bilhões.

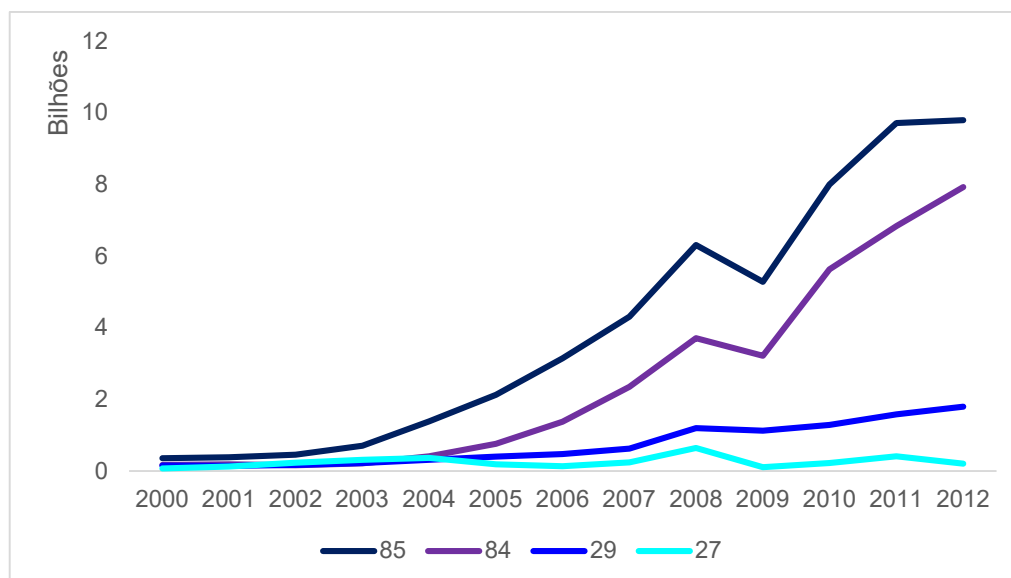


Gráfico 4- Importações Brasileiras por capítulo SH advindos da China (US\$ Bilhões)
Fonte: elaboração própria, dados COMEX STAT (2025).

De acordo com o Banco Central do Brasil (*apud* Ipea, 2011), após a crise foi registrado um aumento de cerca de 66,3% no volume de investimento direto estrangeiro no Brasil, em termos monetários o aumento foi de US\$ 20.256 milhões para US\$ 33.705 milhões, totalizando uma taxa de crescimento de 72%. Os principais destinos setoriais que receberam esses novos investimentos foram o comércio atacadista de defensores agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo, produção de semiacabados em aço e fabricação de malte, cervejas e chopes.

4.2 BARREIRAS TARIFÁRIAS E NÃO TARIFÁRIAS: RESULTADOS E DISCUSSÕES

Diante do que foi apresentado nas seções anteriores, pode-se concluir que as barreiras técnicas, do ponto de vista das importações, tem como principal motivação a proteção aos produtores nacionais e aos empregos. Entretanto, podem desestimular os investimentos e estimular a elevação dos preços. Esta seção busca, portanto, apresentar a evolução das barreiras comerciais brasileiras inicialmente sobre os importados em geral e, na sequência, sobre os importados advindos da China.

Conforme mostra o gráfico 5, o Brasil registou um aumento nas notificadas de medidas sanitárias e fitossanitárias (SPS), que remetem as notificações feitas pelos membros da OMC sobre alguma criação ou modificação de barreiras comerciais, entre 2005 e 2008, seguido por uma redução nos anos posteriores. Evidencia-se que embora tenham tido muitas notificações para os anos de 2007 e 2008, esse comportamento já ocorria em anos anteriores, não sendo exclusivo da crise. Das medidas notificadas para o período de 2008, conforme dados do WTO (2025), apenas 34 delas foram colocadas em vigor, mostrando um possível caráter preventivo por parte dessas barreiras, porém não resultando em ações concretas.

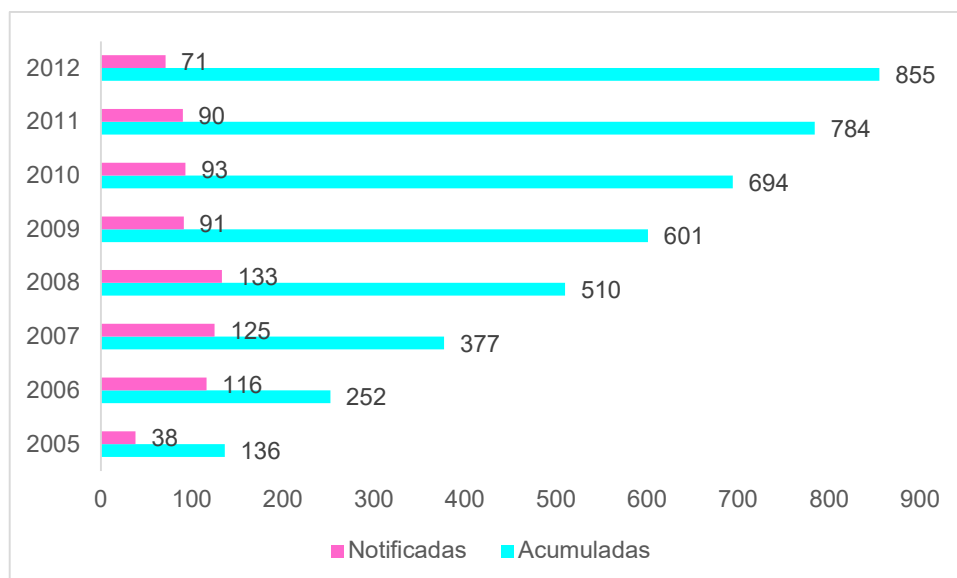


Gráfico 5- Medidas notificadas, em número e em acumulados

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do WTO Stats (2025).

Apesar do pico de notificações das barreiras no auge da crise, nem todas foram afetivamente impostas, e assim, uma parte expressiva do comércio internacional continuou operando sem o uso de muitas medidas protetivas. Algumas delas foram direcionadas a setores específicos, como mostra a tabela 1.

Tabela 1 – Importações isentas de impostos por grupos de produtos (porcentagem)

Produto	2005	2006	2008	2009	2010	2011	2012
Produto animal	3,3	3,0	5,3	7,5	2,9	3,4	2,7
Frutas, vegetais, plantas	13,4	1,4	1,4	1,8	1,7	1,7	1,7
Cereais e preparações	27,9	1,0	1,0	1,4	1,2	0,7	0,8
Sementes oleaginosas, gorduras e óleos	9,8	0,4	0,6	1,3	1,1	1,1	0,7
Bebidas e tabacos	0,1	0	0	0	0	0	33,6
Outros produtos agrícolas	14,4	11,9	12,0	14,7	15,2	14,9	15,1
Peixes e produtos de peixe	28,9	41,0	36,3	27,8	30,2	27,3	24,8
Minerais e metais	49,3	34,1	41,5	40,8	39,0	40,1	53,8
Petróleo	95,1	99,5	99,4	99,1	99,3	99,5	99,5
Produtos químicos	4,4	3,7	4,2	5,2	4,8	4,6	10,4
Madeira, papel, etc	7,0	6,5	21,9	19,9	17,0	14,4	15,6
Couro, sapatos, etc	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,4
Máquinas não elétricas	26,9	20,5	18,9	20,7	17,8	17,4	19,5
Máquinas elétricas	35,4	17,6	14,9	17,5	17,7	16,3	18,8
Equipamento de transporte	30,7	23,3	21,0	19,0	14,8	11,3	11,9
Fabricações	28,3	31,8	34,3	30,3	27,2	19,6	20,6

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do WTO Stats (2025).

Como pode ser observado através da tabela, “Couros, sapatos, etc.” e “Bebidas e tabacos” tiveram a menor porcentagem de isenções de impostos. Para o segundo grupo, isto se deve ao seu caráter prejudicial à saúde, o que justifica a alta taxaço sobre este grupo como forma de desestimular o consumo e aumentar a arrecadação do governo.

Dentre os grupos analisados, o Capítulo 27 do Sistema Harmonizado se destaca por apresentar uma isenção de barreiras tarifárias próxima a 100% ao longo do período, como pode-se verificar no gráfico 6. A razão para este tratamento diferenciado é explicado pela necessidade de abastecimento energético do produto e para a manutenção da atividade econômica. O comportamento apresentado evidencia que as importações advindas da China foram beneficiadas por isenções tarifárias, e a principal oscilação ocorreu entre 2005 e 2006, antes do início da crise financeira, sendo realizado ajustes prévios. Enquanto, para os próximos anos, foi mantida certa estabilidade, como resposta a transformações do comércio internacional.

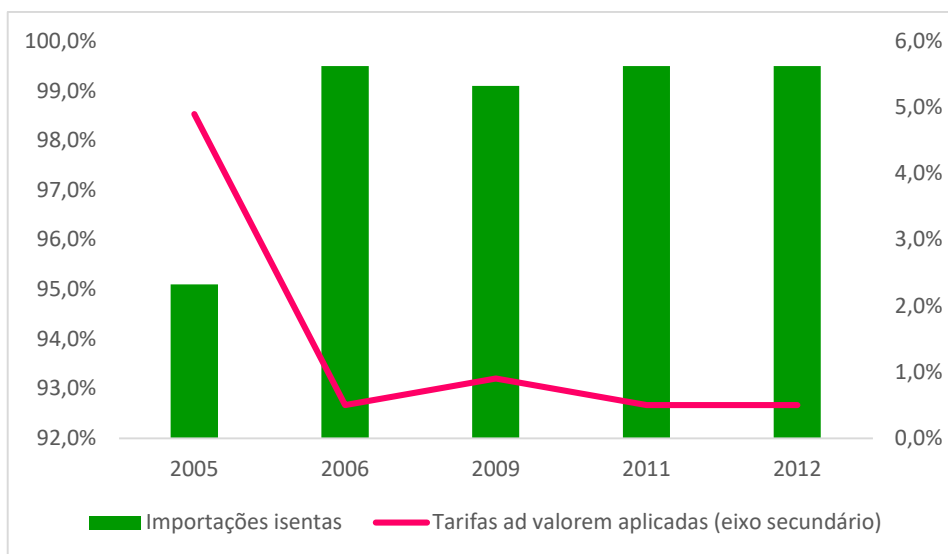


Gráfico 6- Importações brasileiras de combustíveis, óleos e seus derivados advindos da China (percentual de isenções e percentual tarifário)

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do WTO Stats (2025).

Especificamente para o capítulo 27, observa-se no gráfico 7 um movimento inverso: as importações provenientes da China apresentam uma queda até o início da crise, seguida de um aumento no período de maior intensidade da mesma. Evidenciando que apesar do número maior de medidas adotadas, os combustíveis de origem chinesa entraram em maior volume, dada a necessidade de abastecimento da economia brasileira.

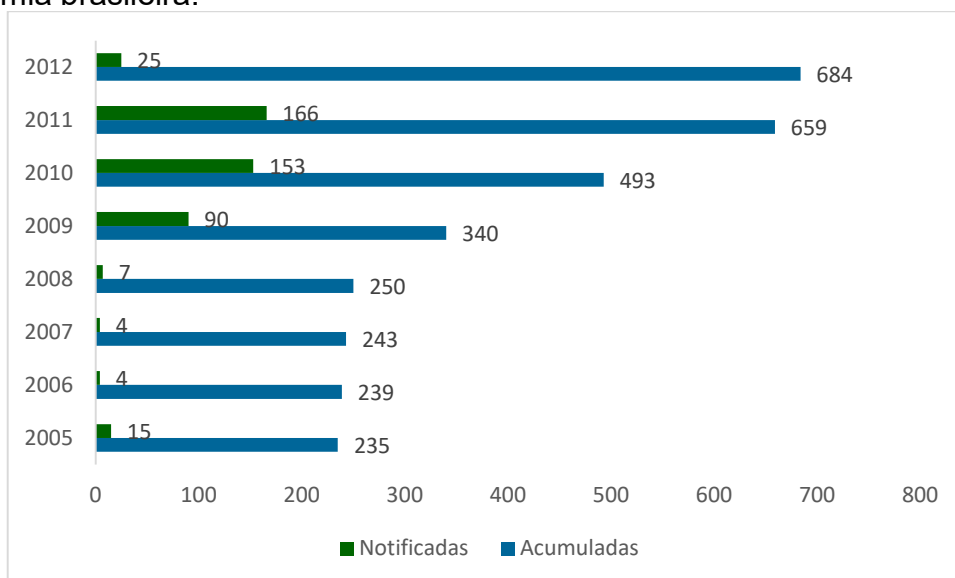
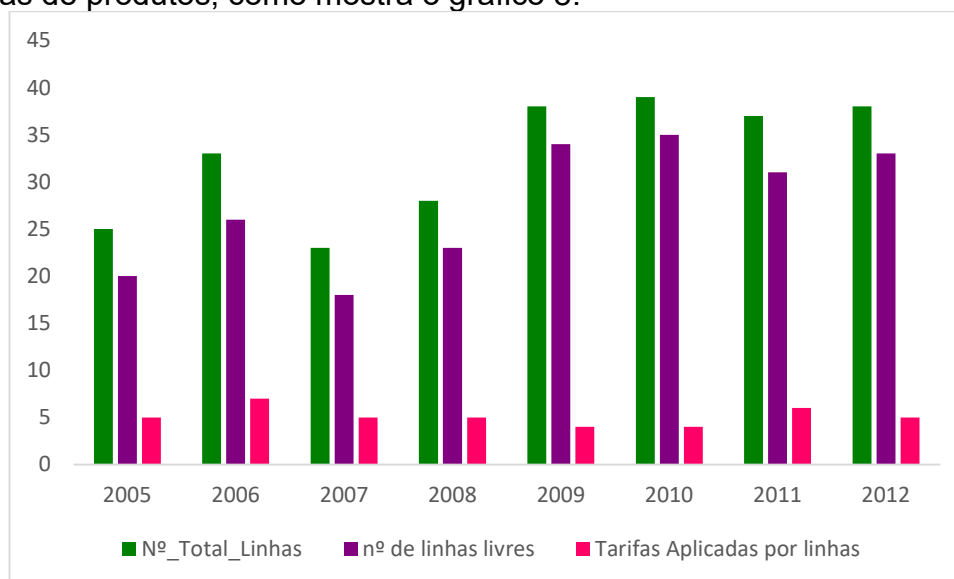


Gráfico 7 - Medidas notificadas e acumuladas para as importações advindas da China do capítulo 27

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do WTO Stats (2025).

Seguindo o dinamismo de utilizar a taxaço como instrumento de regula  o, observa-se que o Brasil também adota medidas de isen  es tarifárias. A regulament  o também pode ocorrer utilizando-se de linhas tarifárias, que representam as categorias detalhadas no produto do Sistema Harmonizado que recebem uma tarifa específica para cada linha que possui. Como por exemplo, dentro do capítulo 27, existe a linha de gasolina, diesel, querosene, entre outras, e cada uma recebe uma quantidade distinta de tributa  o. E especificamente no caso de seu principal parceiro comercial, a China, o país impôs, em m  dia, tarifas sobre cinco categorias de produtos, como mostra o gráfico 8.



Gráfico 8 - Linhas Tarifárias no Comércio com a China, para o Capítulo 27
Fonte: Elabora  o própria, a partir dos dados do Data Bank (2025).

O gráfico acima evidencia a aplica  o das linhas tarifárias sobre o comércio com a China, esta prática ocorreu dentro de um cenário de crescente rela  o comercial, cujo valor total movimentado das importa  es para o ano de 2005 foi de US\$185.897,33. Pode-se observar uma análise complementar através da evolu  o do valor comercial entre o Brasil e a China, em compara  o com o desempenho do Brasil em rela  o ao restante do mundo. No início da crise, em 2008, o valor comercial com a China estava em torno de U\$ 646.724,19, e no ano posterior sofreu uma queda de 83,47%, finalizando 2009 em torno de U\$ 106.905,72. Já o valor comercial mundial estava centrado em U\$ 34.288.165,48, sofrendo uma queda de 44,98% com a explosão da recessão, como pode-se observar na tabela 2.

Tabela 2 – Valor comercial com a China e com o Mundo

Ano	Valor comercial China	Valor comercial Mundo
2005	\$185.897,33	\$13.465.375,98
2006	\$135.515,60	\$17.142.342,71
2007	\$242.232,00	\$22.320.750,00
2008	\$646.724,19	\$34.288.165,48
2009	\$106.905,72	\$18.864.683,00
2010	\$218.327,09	\$29.958.381,85
2011	\$407.993,58	\$41.968.190,32
2012	\$199.846,94	\$40.187.193,24

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do Data Bank (2025).

Dessa forma, através dos dados apresentados consegue-se compreender a relevância crescente da China como principal parceira comercial brasileira, distinguindo além da expansão dos fluxos bilaterais, mas também sua importância para o comércio mundial.

5 CONCLUSÃO

Na literatura de economia internacional há diferentes abordagens que buscam identificar os efeitos da adoção das barreiras tarifárias e não tarifárias sobre o comércio internacional e sobre a economia do país que as adota. O principal objetivo dos países que utilizam desse mecanismo como forma de incentivo à indústria nacional é obter vantagens diante da concorrência mundial.

Por um lado, tem-se a defesa da não aplicação dessas tarifas, com a argumentação de que o livre comércio permite uma gama mais variada de produtos, priorizando a diversidade de opções de consumo. Por outro lado, os ganhos eficientes de escala são evidenciados, com a máxima utilização dos fatores de produção, resultando em uma baixa nos custos de produção. Já a política de cunho protecionista se baseia na defesa de que os mercados não estão próximos da concorrência perfeita, nesse sentido, os investimentos nacionais são menores que os desejados. Outro argumento para a defesa das indústrias nacionais, é a defesa da indústria nascente, teoria que afirma que as novas indústrias necessitam de proteção governamental até que estejam prontas para competir por conta própria.

A adoção de barreiras comerciais, sejam tarifárias ou fitossanitárias, desempenham um papel central na dinâmica do comércio internacional, afetando a economia de forma dupla, de um lado protegem a indústria nacional contra a concorrência externa, e de outro, podem limitar o acesso a bens mais baratos e avançados, sendo possível “visualizar” uma linha tênue entre o protecionismo e a abertura comercial.

Os dados analisados permitem destacar a influência da crise financeira norte-americana na economia local e mundial. No caso brasileiro, o país passou por uma transição marcante na década de 1990, abandonando o protecionismo para uma

estrutura mais integrada com o mercado global, especialmente por meio do Mercosul, resultando na diversidade dos parceiros comerciais, aproveitando dos benefícios da globalização.

Antes da crise de 2008, as importações brasileiras apresentavam uma trajetória ascendente, acompanhando o movimento de crescimento da economia global, e especialmente da sua principal parceira comercial, a China. Durante o auge da crise, os fluxos comerciais sofreram quedas significativas, refletindo a escassez do crédito internacional e a retração da demanda mundial. Todavia, esse impacto foi suavizado a partir de 2010, quando os fluxos retomam seu patamar inicial, com uma rápida recuperação, incluindo as importações de combustíveis, matéria prima de suma importância para a matriz energética nacional.

Referente às tarifas impostas diante a crise de 2008 e do aumento de notificações de barreiras comerciais, o Brasil manteve uma elevada isenção tarifária sobre seu principal produto importado, o Capítulo 27, mantendo uma estratégia de abastecimento energético para a continuidade das atividades produtivas. Dessa forma, as barreiras tarifárias atuaram como instrumento regulatório, reforçando a interdependência comercial com a China.

A crise de 2008 demonstrou a vulnerabilidade brasileira em cenários de choques externos e de como a interdependência global pode impactar na economia, mas também evidenciou a capacidade do Brasil em se recompor utilizando-se dos principais setores econômicos. Para a China, antes da crise o país detinha altas taxas de crescimento, sustentadas pelas altas exportações. Com a retração da demanda global, o país ficou refém de pacotes fiscais e monetários, em uma tentativa de suprir as perdas externas. No pós crise, o país consolidou-se no mercado internacional e evidenciou sua capacidade de rápida adaptação com estímulos internos.

REFÊRENCIAS

ACIOLO, L; PINTO, E. C; CINTRA, M. A. M. **As relações bilaterais Brasil–China: a ascensão da China no sistema mundial e os desafios para o Brasil.** Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2011.

ANDRADE, R.L.D.A. **Consequências positivas das barreiras não tarifárias no comércio internacional de produtos do agronegócio: o caso da cadeia da carne bovina.** 2007. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Rio de Janeiro, 2007.

AVERBUG, A. Abertura e integração comercial brasileira na década de 90. In: GIAMBIAGI, F; MOREIRA, M, M (Org.). **A economia brasileira nos anos 90.** Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, v.90, n, p. 43-82, 1999.

BARROS, J.R.M; GOLDENSTEIN, L. Avaliação do processo de reestruturação industrial brasileiro. **Revista de Economia Política**, vol. 17, n. 2 (66), p. 172-194 abril/jun;1997.

CECHIN, A; MONTOYA, M.A. Origem, causas e impactos da crise financeira de 2008. **Revista Teoria e Evidência Econômica**, [S.l.], v. 23, n. 4, 2017. Disponível em: <https://seer.upf.br/index.php/rtee/article/view/7363>. Acesso em: 03 mai. 2024.

COMEX STAT. MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS. **Exportações e Importações Geral.** 2024. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/home>. Acesso em: 02 mai. 2024.

COSTA, C.G.S.S.M. **Competitividade: o efeito da abertura comercial, desde o governo Collor, sobre desempenho produtivo na indústria automobilística- uma análise das montadoras.** 1996. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Econômicas) - Universidade Federal da Bahia. Salvador, 1996.

GONJITO, C. Raízes da crise financeira dos derivativos subprime. Belo Horizonte: **Texto para Discussão**, Universidade Federal de Minas Gerais(UFMG), Minas Gerais. 2008.

GREMAUD, A.P; VASCONCELLOS, M.A.S.D; TONETO JÚNIOR, R. **Economia Brasileira Contemporânea.** 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

KRUGMAN, P.R; OBSTFELD, M; MELITZ, M.J. **Economia internacional.** 10. ed. São Paulo: Pearson, 2015.



This paper is Distributed Under
the Terms of the Creative
Commons Attribution 4.0
International License

KUME, H.; PIANI, G; SOUZA, C.F.B. A política brasileira de importação no período 1987-1998: descrição e avaliação. In: CORSEUIL, C.H.L (coordenador); KUME, H (coordenador). **A abertura comercial brasileira nos anos 1990**: impactos sobre emprego e salário. Rio de Janeiro: IPEA; MTE, p.9-37, 2003.

LIMA, M.A.D. **Avaliação da participação dos produtos chineses na pauta de importação brasileira (2001/2002-2007/2008)**. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Econômicas) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2009.

LIMA, T.D; DEUS, L.N. A crise de 2008 e seus efeitos na economia brasileira. **Revista Caderno de Economia**, v.17, n.32, p.52-65, jan./jun:2013.

MELO, M.O.L. Barreiras não tarifárias, fitossanitárias, abertura do mercado de gengelim. **Revista de Política Agrícola**, n.2, p.31-42, 2023.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **GATT**. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/delbrasomc/brasil-e-a-omc/gatt>. Acesso em: 06 mai.2024.

OLIVEIRA, I.T.M; BADIN, M.R.S. (org.). **Tendências regulatórias nos acordos preferenciais de comércio no século XXI**: os casos de Estados Unidos, União Europeia, China e Índia. Brasília: Ipea, 2013.

SENADO FEDERAL. Há 30 anos, criação do Mercosul pôs fim às tensões históricas entre Brasil e Argentina. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s>. Acesso em: 17 mar. 2025.

SILVA, L.S. **Estudos das medidas não tarifárias impostas sobre as importações de leite no Brasil**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Contábeis) - Universidade De Brasília. Brasília,2018.

VIANNA, C.C. **Política comercial brasileira**: possíveis impactos de uma redução nas tarifas de importação do setor automotivo e têxtil. Dissertação (Mestrado, profissional em economia- área de comércio exterior) - Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2009.

WORLD BANK. **DATA BANK**. 2024. Disponível em: <https://databank.worldbank.org/>. Acesso em: 05 mai. 2024.

WTO. WORLD TRADE ORGANIZATION. **WTO STATS**. 2024. Disponível em: <https://stats.wto.org/>. Acesso em: 05 mai. 2024.

